

PROJETO DE LEI Nº 6404/02

Regula a profissão de agente esportivo e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A profissão de agente esportivo é reconhecida e regulada por esta Lei, sem prejuízo das disposições não-colidentes contidas na legislação vigente.

Art. 2º O agente esportivo exercerá atribuições relacionadas às atividades esportivas disciplinadas pela Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, destacando-se a intermediação de serviços, a representação e negociação da transferência de atletas e de eventos.

Art. 3º Somente poderão exercer as funções de agente esportivo as pessoas que cumpram os seguintes requisitos:

- I – registro para fim específico no Ministério do Esporte e Turismo;
- II – contrato descrevendo as atividades, limites e atribuições do agente em relação ao clube ou atleta que representa;
- III – registro no Banco Central do Brasil e na Secretaria da Receita Federal;
- IV – firma individual ou sociedade comercial.

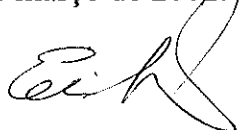
Art. 4º Os agentes com patrimônio ou receitas anuais ou negócios de valor superior a R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), a critério da Secretaria da Receita Federal e do Instituto Nacional do Seguro Social, estão obrigados a atender aos seguintes requisitos, sob pena de responsabilização fiscal e penal:

I – elaborar as demonstrações financeiras de acordo com os padrões e princípios contábeis estabelecidos pela Lei das Sociedades Anônimas e pelo Conselho Federal de Contabilidade, inclusive no que diz respeito ao relatório da administração e notas explicativas;

- II – manter o livro razão analítico, contendo os lançamentos contábeis por conta;
- III – registrar de forma clara a finalidade dos lançamentos no Diário, bem como a identificação da origem e beneficiários de movimentações financeiras.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 26 de março de 2002.



Senador Edison Lobão
Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência